

POLÍTICAS PÚBLICAS E ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PIAUÍ:

COMPREENDENDO O LUGAR E O PAPEL DAS MULHERES NOS EMPREENDIMENTOS

Naiara de Moraes e Silva¹

Oriana Chaves de Oliveira Paz²

Solimar de Oliveira Lima³

RESUMO

Este trabalho é uma reflexão sobre as mulheres e seu lugar e papel dentro do movimento social da economia solidária e seus empreendimentos. O objetivo é questionar a dinâmica das relações de gênero frente às necessidades materiais de trabalho e renda que levam aos empreendimentos de economia solidária, enquanto uma alternativa para mulheres. Reflete, ainda, sobre as políticas públicas que poderiam servir de apoio para as empreendedoras especificamente. A base desta reflexão se dá através de dados oficiais e aproximações preliminares com o movimento de economia solidária no Piauí. É considerado que a busca por melhora nas condições materiais de existência através do envolvimento com grupos de economia solidária, necessita de suporte para a condição específica das mulheres, através de políticas públicas direcionadas às demandas que nascem em ambiente doméstico.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas. Economia Solidária. Mulheres.

80

1 INTRODUÇÃO

A construção da reflexão sobre economia solidária leva diretamente à questão do trabalho, ou melhor, ao problema da escassez de postos de trabalho, estabelecidos em relações formais _ registro em carteira de trabalho, todos os direitos trabalhistas e previdenciários assegurados. Há, ainda, uma remissão ao grupos formais e informais, de produção de produtos e serviços, que se estabelecem e funcionam sobre os princípios de solidariedade, autogestão e cooperação.

A questão que permeia este trabalho se refere ao modo como as mulheres se movimentam na realidade da economia solidária - ecosol. Será discutido como vem -ocorrendo, no estado do Piauí, o encontro das mulheres com a economia solidária, ressaltando o modo como ocorre sua integração aos grupos, sua busca de novas perspectivas de renda, sua realidade concreta que necessita e busca políticas públicas que venham legitimar a economia solidária e facilitar a comercialização de seus produtos, sem perder de vista a manutenção do espaço doméstico e suas necessidades específicas, que se misturam entre financeiras, afetivas e simbólicas.

Considerar a respeito da relação entre o movimento de economia solidária e as mulheres do Piauí se justifica a partir de algumas preocupações de natureza prática. Primeiramente da constatação material de que existe uma diminuição nos postos de trabalho formal, como já falado, com registro em carteira de trabalho e todos os direitos trabalhistas e previdenciários assegurados. Essa diminuição é decorrência do já conhecido e debatido processo de precarização do trabalho.

O interesse em focalizar as mulheres dentro desse processo é construído a partir das especificidades do gênero feminino. As mulheres dentro mesmo do trabalho formal já possuem uma situação real e simbólica bem específica, considerando os fatores de assalariamento em nível monetário sempre inferior aos homens, o menor acesso a cargos de comando e liderança, as

políticas corporativas de seleção de candidatos a emprego que privilegiam mulheres que tenham situação menos vulnerável à fertilidade e as violências simbólicas dentro do ambiente profissional como assédio moral e sexual. Dentro do trabalho formal a situação feminina permanece desde sempre precária, de acordo com esses fatores elencados. Dentro dessas imbricações profissionais, o processo de flexibilização do trabalho e sua decorrente precarização torna o acesso ao trabalho e à renda mais difícil às mulheres que possuem poucos anos de educação formal. O acesso à educação emerge como primeiro empecilho à ascensão feminina no mundo do trabalho. Quanto maior o acesso às vagas em escolas formais e de ensino profissionalizante, maior será a mobilidade sócio-econômica dos sujeitos em geral, e das mulheres em especial.

A proposta de discussão se baseia em contribuições teóricas das Ciências Sociais, utilizando como dados empíricos as informações que foram coletadas no Relatório de Implantação da Rede de Economia Solidária no Triênio 2004/2006 (SASC, 2007) e da experiência de aproximação com os sujeitos do movimento de ecosol do Piauí, aproximação essa desenvolvida no ano de 2010.

De acordo com o Atlas de Economia Solidária no Brasil, estão associados nos empreendimentos econômicos solidários mais de um milhão e 650 mil homens e mulheres, resultando em uma média de 77 participantes por Empreendimento de Economia Solidária (EES). A este conjunto agrega-se mais 28 mil trabalhadores e trabalhadoras participantes que, embora não-sócios, possuem algum vínculo com os empreendimentos. No conjunto de participantes associados, a participação relativa dos homens é superior a das mulheres (63% e 37%, respectivamente). Na Região Sul a participação relativa dos homens é superior à média nacional (69%), enquanto que, na Região Centro-Oeste, a participação das mulheres é superior à média nacional (42%) (SENAES, 2009).

Se examinada a composição do quadro social dos empreendimentos, verifica-se que quanto menor o seu tamanho, maior é a participação relativa das mulheres. As mulheres predominam largamente nos empreendimentos com menos de 10 sócios (58%) e os homens nos EES que possuem mais de 20 sócios (56% nos EES de 21 a 50 sócios e 59% nos EES com mais de 50 sócios). Também, segundo dados de 2007, existem cerca de 3.900 empreendimentos constituídos exclusivamente por mulheres (18%), cerca de 2.100 empreendimentos cujos sócios são exclusivamente homens (9%) e os demais (73%) são empreendimentos formados por homens e mulheres (SENAES, 2009).

Para Guérin (2005), o pertencimento das mulheres em grupos facilitados e sustentados por uma dinâmica coletiva viabiliza uma recomposição das obrigações da mulher, que se distancia das obrigações familiares e religiosas e passa a fazer parte da apropriação feminina do universo mercantil. No Brasil, essa participação passa a conviver com as diversas motivações para a criação dos empreendimentos solidários: a alternativa ao desemprego (46%), o complemento de renda dos sócios (44%), a obtenção de maiores ganhos (36%), a possibilidade de gestão coletiva da atividade (27%) e a condição para acesso ao crédito (9%) (SENAES, 2009).

Segundo o levantamento do SIES realizado em 2007 existem 21.859 Empreendimentos de Economia Solidária – EES no Brasil. Estão mapeados 2.656 empreendimentos na Região Norte, 3.912 na Região Sudeste, 3.583 na Região Sul, 2.210 na Região Centro-Oeste e 9.498 na Região Nordeste. Dentre os estados do nordeste, aqueles com maior expressividade em número de empreendimentos solidários são o Ceará, a Bahia, Pernambuco e o Piauí, respectivamente. No Piauí, o SIES apontou, em 2007, a existência de 1.472 empreendimentos solidários distribuídos em 149 municípios (SENAES, 2009).

2. AS MULHERES E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PIAUÍ.

As políticas públicas de geração de renda estabelecem-se como encaminhamentos estatais que dão fomento ao processo de transformação do trabalho, seja por uma necessidade do mercado especificamente, seja pela demanda dos vários segmentos da

sociedade; demanda de mercado versus demanda de sujeitos sociais. Na categoria de sujeitos sociais emerge o segmento das mulheres, as quais possuem uma necessidade básica concreta de buscar o trabalho, o sustento, e as necessidades básicas de origem simbólica e afetiva, que se traduzem nas relações de reciprocidade e confiança que estabelecem e desenvolvem a partir de sua participação nos grupos de empreendimentos solidários.

Para Laurent Fraisse (2006, p. 237), a emergência de políticas públicas territoriais de economia social e solidária, no início dos anos 2000, como o que ocorreu no Piauí através da Secretaria de Ação Social e Cidadania - SASC, apresenta “um caso interessante de construção de uma nova área de ação pública local”. Seria uma segunda fase da matéria, após ações políticas em nível nacional, como retratado anteriormente, quando da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária em 2002. Uma questão não só de reconhecimento da pluralidade das formas de empreendedorismo, como também da evolução de novos modos de regulação do desenvolvimento local na direção de um reequilíbrio da economia plural.

Assim, nessa busca de uma governança local da economia plural, um dos desafios da política de economia social e solidária, segundo Laville (apud FRAISSE, 2006, p. 241), seria “contribuir para um reequilíbrio da economia solidária num contexto de mercantilização crescente dos serviços não mercantis e não monetários”, porque um dos grandes desafios enfrentados pelos empreendimentos de economia solidária está na reduzida capacidade produtiva que decorre fundamentalmente da simplicidade da base tecnológica e da elevada dependência do elemento subjetivo – trabalho humano, como conclui Lima (2010, p. 27):

Com a produção limitada, e quase sempre com problemas de qualidade frente ao padrão capitalista mercantil, a tendência é a redução da capacidade de gerar renda. O caráter mercantil da produção solidária para se concretizar de forma independente necessitaria de circuito específico de comercialização, o que efetivamente ainda não acontece, visto ser poucas as experiências, além de muito frágeis.

Dessa forma, os EES têm dificuldades para enfrentar a concorrência capitalista através do processo comercial dominante. Ampliar a capacidade competitiva no mercado poderia ser uma estratégia, contudo não fortalece os princípios da solidariedade. Além disso, a solidariedade é ainda de pequena abrangência, constituindo-se em grupos focalizados e específicos, que embora presentes em quase todos os municípios, ainda carecem de maior aceitação pelo conjunto de trabalhadores que se mantém ligados aos vínculos e obrigações predominantes no mercado de trabalho.

Além disso, outra dificuldade que não pode ser desconsiderada na formulação das políticas públicas de economia solidária está focada nas desigualdades de gênero claramente presentes no mercado de trabalho brasileiro, onde o sexo e a cor da pele marcam as oportunidades dos indivíduos, restringindo as oportunidades de mulheres e negros. O que acaba por concentrar as mulheres em poucos setores econômicos, principalmente em serviços, ocupações de menor remuneração e nível de responsabilidade (HASENBALG, apud PEREIRA, 2009, p. 108).

Necessariamente, do ponto de vista do gênero, é importante a adoção de uma estratégia de transversalidade do gênero, isto é, de um processo de formulação e gestão das políticas públicas levando em conta a realização de escolhas conscientes sobre quem ganhará e quem perderá com a adoção de determinada política. Logo, as ações de apoio às mulheres e às generalidades excluídas no processo histórico de evolução social inserem-se nessa nova e complexa conjuntura para a qual vem sendo chamada a compreensão da política pública em termos de solidariedade. Não é mais possível acreditar em processos espontâneos da redução das desigualdades e também é inaceitável a transferência para o âmbito da luta individual da resolução de desigualdades que estão no coração da sociedade (PEREIRA, 2009).

O fortalecimento da economia solidária, mantendo seus princípios a serviço dos trabalhadores e trabalhadoras é a saída apontada teoricamente para os desafios enfrentados pelos EES em uma crise do capital com diminuição regressiva do Estado-Protetor e do Pleno Emprego. Não se aponta a partir daí um caminho fácil, especialmente porque as políticas públicas de fomento aos empreendimentos de economia solidária devem apoiar consistentemente mulheres e generalidades em sua luta para enfrentar as

dificuldades de acesso ao mercado de trabalho.

A análise da relação existente entre as mulheres e a economia solidária no Piauí faz uma tentativa de compreensão do lugar, ressaltando a dinâmica entre os afazeres da vida privada ou doméstica, e a movimentação das mulheres para o espaço público tanto de produção, como de discussão e debate. A mulher que naturalizadamente se localizava e se restringia (ou era restringida) ao espaço doméstico/privado, é redirecionada para o espaço público. O papel que ela desempenha, de cuidadora no ambiente doméstico/privado se desdobra em provedora, no espaço público assume o papel de liderança, questionamento e negociação, e seu discurso e sua ação tornam-se uma só coisa, pois seu discurso vai se realizando em sua ação política (ARENDE, 2007).

A participação de mulheres nos empreendimentos de economia solidária e os impasses e as possibilidades que esta participação coloca aos sujeitos presentes em um movimento social, é uma tentativa de evidenciar questões pertinentes às relações de gênero no campo social do trabalho e renda, em uma situação histórica específica. Mais do que respostas, este trabalho propõe uma série de questionamentos, para os quais as Ciências Sociais como área de conhecimento que privilegia a alteridade, o reconhecimento do outro, pode oferecer análises mais aproximadas de uma compreensão concreta.

2.1 O LUGAR: O ESPAÇO PÚBLICO E O PRIVADO

O espaço que desde sempre foi reservado e classificado como próprio das mulheres tem sido o espaço privado, da vida doméstica. As mulheres têm de reorganizá-lo antes de chegar ao empreendimento de ecossistema. As mulheres desempenham seus afazeres dentro da casa, do lar e das relações familiares, tendo por base a divisão sexual do trabalho que se manifesta na divisão das tarefas domésticas. Em culturas de matriz conservadora significa atribuição de tarefas e afazeres que se originam na ação de cuidar (das crianças, do marido, dos adultos necessitados de cuidados específicos, a limpeza da casa, a limpeza das roupas, o preparo dos alimentos e a ordem de toda a dinâmica doméstica) para as mulheres.

No entanto, considerando que o espaço doméstico/privado não possui o caráter de autossustentabilidade, o processo de reflexão e discussão da capacidade e necessidade de trabalho e renda se relaciona com todo o contexto familiar. A necessidade concreta e objetiva da realidade doméstica impõe a tomada de atitude em busca de alternativas para suprir a necessidade concreta.

As materialidades para a sobrevivência da mulher, da mãe, que se inseridas em uma situação de risco social como violência de gênero ou envolvimento com drogas, necessita da imposição dessa realidade para sua própria reinvenção e sobrevivência como sujeito. As mulheres que possuem baixo nível de escolaridade, para sanar as necessidades materiais concretas, possuem alternativas ao trabalho formal. Os grupos formais e informais de economia solidária parecem trazer em si o acesso e a democratização de capacitação e produção.

Na economia solidária, os grupos parecem desenvolver atividades produtivas em uma perspectiva diferenciada, procurando afastar-se da lógica de mercado na qual a produção visa exclusivamente o lucro e é individualizada, para uma perspectiva na qual o grupo se organiza produtivamente em bases solidárias, de cooperação e auto-gestão. No espaço público do grupo de ecossistema, o acesso à capacitação profissional e a inserção em atividade produtiva não seria mercantilizado.

Além do espaço que não é permeado pelo princípio do lucro, a economia solidária traz a novidade da inserção das mulheres no espaço público de participação no qual as políticas públicas direcionadas à economia solidária são debatidas e discutidas. No Piauí, o espaço público com participação popular acentua-se nos anos recentes, mais precisamente a partir de 2003 quando a gestão do Estado foi executada por forças políticas alinhadas a uma concepção modernizadora e participativa (LIMA, 2009).

Este momento histórico se mostra claro nas formas de organização da sociedade, especialmente nas representações que participam diretamente da formulação de políticas públicas, a exemplo do Fórum Estadual de Economia Solidária do Piauí – FEES-PI, que foi criado em 13 de fevereiro de 2004. Neste Fórum tomam assento três segmentos: o segmento dos empreendedores em economia solidária, o segmento das organizações de assessoria e fomento aos empreendimentos e o segmento governamental-gestor.

Dentre os 1.472 (mil quatrocentos e setenta e dois) empreendimentos mapeados em 2007 no Piauí (BRASIL, 2007), 321 (trezentos e vinte e um) são formados exclusivamente por mulheres, juntando com a participação de mulheres em empreendimentos mistos, há um total mapeado de 19.528 (dezenove mil, quinhentos e vinte oito) mulheres envolvidas em empreendimentos de economia solidária no Estado.

2.2 PIAUÍ: GÊNESE INDUZIDA DE EMPREENDIMENTOS DE ECOSOL

O processo metodológico deste trabalho consiste primeiramente na apresentação de dados estatísticos que são resultado do trabalho de mapeamento dos empreendimentos de economia solidária, realizado pelo Governo Federal através do Sistema Nacional de Informação sobre Economia Solidária – SIES (BRASIL, 2010) e do Relatório de Implantação da Rede de Economia Solidária no Triênio 2004/2006 (SASC, 2007).

Para May (2004), esse material oficial — informações e dados coletados — se constitui em uma rica fonte de dados para os pesquisadores sociais. No entanto, não se pode perder de vista que as informações coletadas pelas vias oficiais podem empregar pressupostos não-examinados sobre a vida social, os quais serão herdados e reproduzidos nos estudos, se não houver a cautela devida. Portanto, não deveríamos vê-las apenas como ‘fatos sociais’, mas como construções sociais e políticas que podem ser baseadas nos interesses daqueles que as encomendaram.

Desse ponto de vista, o pesquisador precisa entender como elas foram construídas e com que propósito. (MAY, 2004:p.89).

Por isso mesmo é que a base de dados deste trabalho ter sido formada pelas informações coletadas por iniciativa do Governo Federal e do Governo do Estado do Piauí é um fato que não pode ser esquecido na análise dos indicadores.

No Piauí, os empreendimentos de Economia Solidária teriam resultado de um dos dois processos: *gênese autônoma*, de iniciativa dos próprios trabalhadores; e *gênese induzida*, de iniciativa de ações públicas. No segundo grupo, destacam-se os empreendimentos resultantes do Projeto de Implantação da Rede de Economia Solidária desde 2004 pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania – SASC, do Governo do Estado do Piauí, visando geração de trabalho e renda e inclusão social, tendo como público alvo mulheres preferencialmente em situação de vulnerabilidade social, como trabalhadoras de baixa renda e desempregadas (SASC, 2007).

Nesse período, foram aplicados R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) com a implantação inicial de 180 grupos, na condição de que cada grupo estornasse 50% do capital recebido, com o fito de contemplar novos grupos ou fortalecer aqueles bem sucedidos. Do total esperado com a devolução de valores pelos empreendimentos de economia solidária, a SASC, em relatório do triênio 2004/2006 demonstrou que apenas cerca de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), ou seja, 55,5% dos recursos financeiros foram estornados aos cofres públicos.

As ações do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento da SASC, no triênio 2004/2006, foram implementadas através de três etapas. Na primeira, destacou-se o fomento de diversas atividades produtivas no segmento do Fomento à Geração de Trabalho e Renda, destacando-se as atividades de Costura, Bordados e Artesanato, como as preferidas pelas beneficiárias. Na segunda etapa de implantação, em 2005, ocorreram ações voltadas para o Segmento de Capacitações, contemplando as beneficiárias dos grupos implantados em 23 municípios, no ano de 2004. Desse total, 1.015 empreendedoras de 22 municípios foram capacitadas em Gestão Empresarial e 92 de um município, em Empreendedorismo Social.

Além desse total, a SASC também capacitou 252 pessoas de 25 municípios, com potenciais para desenvolverem atividades produtivas consoantes suas aptidões (SASC, 2007).

Na terceira etapa, em 2006, foram realizadas ações como a implantação de novos grupos e fortalecimento daqueles bem sucedidos, no segmento do Fomento à Geração de Trabalho e Renda; a implantação de um grupo no segmento do Desenvolvimento e Difusão de Conhecimento; a estruturação interna do aludido Programa e o monitoramento de 71 grupos em 40 municípios. Até 2006, foram contemplados 86 municípios, num total de 229 grupos, compostos de cinco a 10 mulheres, preferencialmente em situação de vulnerabilidade social, os quais foram financiados com valores variando de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) à R\$ 6.000,00 (seis mil) reais (SASC, 2007).

Os resultados do monitoramento da Secretaria no triênio 2004/2006 demonstraram que 55% dos grupos assimilaram a essência da economia solidária, aplicando devidamente os recursos financeiros recebidos, continuando a praticar as atividades produtivas pleiteadas com possibilidades de crescimento e aumento da renda familiar, culminando com os objetivos do Projeto. Enquanto 45% dos grupos encontravam-se desativados, por razões diversas, acentuadas em decorrência da falta de *feedback* entre

os beneficiários e a SASC, o que pode ter contribuído, segundo a Secretaria, para o fracasso desses grupos (SASC, 2007). Além disso, a SASC verificou que as atividades produtivas de corte e costura, bordados e artesanato, que eram predominantes, totalizando em 111 grupos implantados necessitariam, em decorrência da grande competitividade nesse segmento e em razão da proximidade do Piauí com os grandes pólos de produção (Fortaleza-CE e Caruarú-PE), aprimorar o processo produtivo focado no custo de produção, estilos e acabamentos de forma a melhorar a comercialização dos produtos (SASC, 2007).

Os mesmos desafios de treinamento, monitoramento e comercialização apresentados a partir das ações consolidadas pela SASC, no triênio 2004/2006, foram retratadas em outros empreendimentos de economia solidária no país, como exposto no Atlas de Economia Solidária a partir dos dados coletados no mesmo ano. Quanto às dificuldades enfrentadas, constatou-se que 72% dos empreendimentos afirmaram ter dificuldades na comercialização, 56% para acesso a crédito e 28% não tiveram acesso a acompanhamento, apoio ou assistência técnica (SENAES, 2009).

Em 2009, o Programa Economia Solidária implantado pela SASC alterou as diretrizes de gestão. Passou a apoiar também experiências masculinas e incorporou aos critérios de formação dos grupos a existência de vocação para o empreendedorismo associado. Os beneficiários seriam grupos constituídos de famílias, contemplando homens ou mulheres em idade laboral, preferencialmente, beneficiários de Programas de Transferência de Renda do Governo Federal em situação de vulnerabilidade social em diferentes municípios do Estado do Piauí e com vocação e interesse para a implantação de atividades produtivas desenvolvidas de modo coletivo. Mulheres e os jovens ainda mantêm preferência durante a realização de processo de seleção dos projetos (SASC, 2009).

O acesso ao Programa gerenciado pela SASC é realizado de maneira formal tanto por parte de organizações governamentais (prefeituras) quanto não-governamentais (associações, cooperativas e grupos informais), tendo como ponto de partida a manifestação de interesse dos proponentes, que são selecionados por Equipe Técnica através de uma avaliação vocacional e de um estudo preliminar mercadológico para avaliar as potenciais cadeias produtivas e de um processo de discussão com o grupo por meio de reuniões, até a definição e implantação do projeto. Aprovados os beneficiários e o projeto, antes e durante sua implantação, o grupo, segundo informações da SASC, participa de momentos de capacitação técnica e gerencial, recebendo na implantação todo o material necessário (consumo e equipamentos) para o desenvolvimento das atividades (SASC, 2009).

No processo de seleção das famílias e organização dos grupos são levados em consideração os critérios de: situação de vulnerabilidade social; participação em programas de transferência de renda do governo federal; pessoas em idade laboral, preferencialmente mulheres e jovens; interesse e vocação pela atividade a ser desenvolvida; pessoas que demonstrem abertura para o trabalho coletivo. O grupo de economia solidária apoiado pela SASC deve ser composto de no mínimo cinco e no máximo 10 pessoas, oriundas de famílias diferentes. Mas dependendo do tipo de atividade esse número poderá ser alterado de forma que se garanta a realização da atividade sem comprometer os resultados. Definidos os grupos, os equipamentos e materiais de consumo são repassados aos grupos a fundo perdido, sem quaisquer devoluções, sendo apenas os equipamentos tombados pela SASC, podendo a mesma repassá-los a outro grupo em caso de dissolvência (SASC, 2009).

Considerada a inexistência de resultados analíticos consolidados através de monitoramento realizado pela SASC no triênio 2007/2010 no Piauí, acredita-se, em consonância com as recomendações expostas em Relatório de Atividades da Secretaria em 2007 e levantamentos junto ao Fórum Estadual de Economia Solidária que, passados seis anos da implantação do projeto de Economia Solidária, persistem desafios para a melhoria da prestação de serviços e de implantação dos empreendimentos de Economia Solidária, tais como: a intensificação do monitoramento aos grupos formados e fortalecidos desde 2004; a promoção de mais capacitação e demais atividades específicas desenvolvidas pelos Grupos de Economia Solidária; o aperfeiçoamento contínuo do processo de escolha de novos grupos e o aperfeiçoamento de Marketing e capacitações na área de acabamento final dos produtos.

2.3 APROXIMAÇÕES COM O MOVIMENTO DE ECOSOL NO PIAUÍ.

Na aproximação empírica com o movimento de economia solidária no Piauí, que foi processo realizado durante o ano de 2010, o objetivo pré-definido era apreender como se estabelece a dinâmica do movimento como um todo, apreender a dinâmica do fato social (DURKHEIM, 2006) dos empreendimentos econômicos estabelecidos em princípios de cooperativismo, autogestão e solidariedade. Esse processo constituiu já uma tentativa de construção metodológica, pois não havia aproximação empírica anterior. Havia, portanto, a necessidade de perceber na própria dinâmica do movimento qual seria a melhor forma de investigação, qual seria o melhor método de investigação.

O instrumento de investigação utilizado nesse momento foi observação participante (MAY, 2004), para que houvesse uma solidificação do conhecimento da dinâmica. A questão de gênero apresentou-se materializada na presença maciça de mulheres tanto nos grupos de empreendedores solidários, como nos encontros de setores do movimento. Dois momentos nesse processo de aproximação com o movimento são utilizados como exercício empírico: o Treinamento de Pesquisadores para o Mapeamento de Empreendimentos de Economia Solidária, 2009/2010, realizado nas dependências da Obra Kolping, em Teresina – Piauí, no mês de junho de 2010; o segundo momento foi de entrevista com representantes dos segmentos que possuem assento no Fórum de Economia Solidária do Piauí - FEESPI.

O Treinamento

No mês de junho de 2010, ocorreu o Treinamento de Pesquisadores para o Mapeamento de Empreendimentos de Economia Solidária 2009/2010, da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, nas dependências da sede da Obra Kolping no Piauí, localizada no Bairro Dirceu Arcoverde, em Teresina. Nessa ocasião, os pesquisadores que fariam parte do Mapeamento vinham de vários segmentos, como estudantes de Graduação da UFPI e mulheres ligadas ao movimento de economia solidária que já haviam, inclusive, colaborado nos dois mapeamentos anteriores.

Suas falas como empreendedoras e pesquisadoras esboçaram questões, dizendo tudo o que se mostrava importante para ser compreendido naquele momento. Duas falas foram fundamentais: a primeira da coordenadora de um grupo de mulheres bordadeiras, que não são formalizadas como empreendimento por uma escolha do grupo e que mesmo assim mantém sua organização de empreendimento econômico solidário, e que suas integrantes levam seus filhos para as reuniões de produção, nas quais as crianças maiores já começam a ensaiar o aprendizado dos primeiros pontos de bordado, inclusive as crianças do sexo masculino. Um quadro no qual pode ser observada uma subversão de lógica dominante, tanto na perspectiva econômica na qual a busca pela formalização de empreendimentos, de empreendedores, é uma prioridade e uma subversão da cultura de matriz conservadora na qual as crianças do sexo masculino não podem/devem se envolver em atividades/brincadeiras que não sejam masculinas.

A segunda fala foi de uma empreendedora da região sudeste do estado do Piauí, que relatou sobre um grupo de economia solidária naquela região em que todo o trabalho braçal de produção é realizado exclusivamente por mulheres, mas são os homens que respondem pelo grupo, inclusive negando que exista participação das mulheres no empreendimento. Neste quadro observa-se a negação da identidade das mulheres como empreendedoras, e sua existência enquanto força de trabalho correspondente aos homens da localidade, mas sem rosto, sem nome.

As entrevistas.

No segundo momento desse processo de aproximação com o movimento, que é utilizado como exercício empírico, o instrumento de investigação é entrevista narrativa (BOURDIEU, 1996). Foi buscado o contato com integrantes do Fórum de Economia Solidária do Piauí e a partir de suas falas são apreendidos elementos que levam a construir o sentido do lugar e do papel das mulheres na economia solidária. Foram entrevistadas duas participantes do Fórum, uma representante do segmento de entidades de assessoria e fomento e uma representante de empreendimentos. Foi solicitado ao entrevistado que fizesse um relato de sua aproximação ao Fórum, o processo de formação deste, sua participação e sua visão desse espaço público para ampliar a participação popular na discussão das políticas públicas.

A escolha dos entrevistados não constitui uma amostragem do universo de segmentos do Fórum; a escolha se deu pelo fator disponibilidade. Muitos sujeitos foram solicitados para darem entrevista, mas não houve disponibilidade. Segundo o relato da representante de entidade de assessoria e fomento, no processo de criação houve a aproximação de entidades governamentais e de entidades de assessoria e fomento, essas últimas que estavam em contato direto com os empreendimentos. A base do movimento, ou seja, os empreendimentos de Economia Solidária foram se aproximando muito lentamente. Para esta entrevistada, a participação dos empreendimentos foi e ainda hoje é difícil, por dificuldades principalmente de ordem financeira. No Piauí, não há Fórum Municipal de Economia Solidária: o âmbito mais local é o Fórum Estadual; no entanto, para empreendedores que pertençam a grupos localizados em cidades e microrregiões distantes da capital, Teresina, na maioria das vezes não há dinheiro para o deslocamento dos sujeitos, o que dificulta o acesso aos encontros de discussão.

A participação feminina no Fórum foi explicitada como única participação de empreendimentos no início do movimento no Piauí. A aproximação dos grupos de ecosol com o Fórum deu-se lentamente, mas com a aproximação primeira das mulheres. Na entrevista com a representante de empreendimentos, as questões levantadas versam sobre a saída de casa, do espaço doméstico/privado, pela necessidade material de buscar trabalho e renda, as dificuldades em conseguir financiamentos e doações para compra de matéria-prima para produção, dificuldade de comercialização dos produtos do grupo, a participação no Fórum e o debate sobre políticas públicas para a economia solidária que nunca se concretizam.

Um ponto apresentado pela entrevistada se refere à necessidade afetiva e simbólica. A entrevistada relata sobre o companheirismo presente no grupo, de como não se sente só quando vai ao grupo. A própria construção individual da identidade é ressaltada quando a entrevistada fala de como se envolveu no movimento e de como se tornou coordenadora. Esta entrevista trouxe muito mais aspectos da subjetividade que se repete em vários indivíduos e de como a ação social é permeada e permeia a subjetividade. Fica claro que em se tratando de políticas públicas, a coletividade possui uma dinâmica dialética com a individualidade.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças paradigmáticas e civilizatórias do tempo presente podem ser sentidas na saída das mulheres do espaço privado. Por um lado, a satisfação material e pessoal são imposições, mas de forma mais forte e definitiva, o que impulsiona o trânsito (que antes era dicotômico e para as mulheres torna-se complementar) entre o público e o privado, é necessidade de trabalho e renda.

As mulheres sempre foram naturalizadas como pertencendo à esfera privada. No entanto, hoje estão nos dois espaços, transitando por necessidade, muitas vezes com dificuldades de tempo e qualidade de vida, mas desenvolvendo, pois a própria necessidade impõe a desenvoltura da ação. Os homens, por outro lado, continuam nunca saindo do espaço público, com um contingente mínimo na exceção.

O movimento de economia solidária tem a possibilidade de expor essa condição feminina de forma mais otimista, pois tanto a participação de mulheres é forte e marcante nos empreendimentos como no Fórum de Economia Solidária, como espaço de discussão de políticas públicas. A mudança efetiva na vida dos sujeitos diretamente envolvidos nos seus empreendimentos diz respeito, também, a elementos subjetivos como autoestima e superação de situações de preconceito e discriminação por meio da valorização no grupo trabalho (GUÉRIN, 2007).

Uma das dificuldades verificadas no processo de aproximação com o movimento e seus sujeitos foi a dificuldade de ser gestor ou autogestor, nos empreendimentos. A questão é como o ser humano que foi formado ao longo da história para obedecer, pode ver-se autogestor? Como se refaz uma cultura histórica? Como mulheres que historicamente vem sendo tratadas e se tratando de forma subserviente pode assumir a postura de coordenador ou co-gestor em um empreendimento de economia solidária? Pode e faz se houver formação específica e continuada para ela.

Os empreendimentos de economia solidária se comportam de forma a dar-nos uma visão otimista, pois o início de vários

empreendimentos de economia solidária está imerso em relações sociais da comunidade na qual surge e se desenvolve, identificando-se com suas lutas sociais locais, entre elas a luta das mulheres para suprir suas necessidades de sustento e de emancipação, muitas vezes de existências permeadas pela violência de gênero. A atividade econômica está imersa em relações sociais permeadas pela solidariedade, o que age de forma simbólica também.

As políticas atuais se limitam a um conjunto de ações setorizadas, restritas em sua maioria ao apoio às unidades de produção autogestionadas, de grande porte. Os empreendimentos de pequeno porte são os mais necessitados de atenção, pois sua existência, mesmo de forma pulverizada, possui um apelo e um impacto enorme na sociedade piauiense.

As atividades produtivas no âmbito da economia solidária devem ser estimuladas por intermédio de instrumentos públicos de apoio. A luta pelo direito ao trabalho associado no campo prático da economia solidária está ligada a uma estratégia de inclusão e geração de renda para uma camada da população fragilizada frente ao mercado que a um projeto de mudança social; as mulheres constituem um segmento considerável nesse quadro.

A corrente de solidariedade que se forma nos grupos pode servir como amparo até para situações de risco social. A rede social que se estabelece entre as mulheres de um grupo de economia solidária é marcada pela solidariedade com que se estabelecem as relações e se procura auxiliar cada integrante do grupo, e pela reciprocidade através da qual circula os favores quanto às tarefas internas ao grupo e quanto a necessidades demandadas a partir da esfera doméstica.

As políticas públicas específicas para mulheres que se inserem no movimento de economia solidária devem comportar tanto ações relacionadas a dar estrutura doméstica para elas, como acesso a creches para as crianças (que se direciona não apenas sujeitos do ecosol), como ações de fomento para as atividades do grupo e comercialização de seus produtos. Não são políticas públicas isoladas pois envolvem e beneficiam toda uma comunidade que se estabelece e se organiza em volta do empreendimento e em volta das mulheres, pois essas captam as necessidades de toda a família e de toda a vizinhança.

A participação das mulheres nas experiências de economia solidária foi fortalecida como uma resposta da política pública à luta pelo acesso ao mercado de trabalho. No Brasil, a economia solidária tem sido uma importante experiência associativa de produção e socialização dos resultados entre os trabalhadores e trabalhadoras, que passou a integrar a pauta de atuação do Estado, na tentativa de se criar alternativas ao desemprego estrutural, como uma política pública de emprego e renda.

No Piauí têm destaque os empreendimentos de economia solidária resultantes de processos de gênese induzida, ou seja, de iniciativas de ações públicas, como os empreendimentos apoiados pelo Projeto de Implantação da Rede de Economia Solidária, implantado desde 2004 pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania – SASC, do Governo do Estado do Piauí, visando à geração de trabalho e renda e a inclusão social, tendo como público alvo mulheres preferencialmente em situação de vulnerabilidade social, como trabalhadoras de baixa renda e desempregadas.

Atualmente, os empreendimentos apoiados pela SASC são grupos constituídos de famílias, contemplando homens ou mulheres em idade laboral, preferencialmente, beneficiários de Programas de Transferência de Renda do Governo Federal em situação de vulnerabilidade social em diferentes municípios do Estado do Piauí e com vocação e interesse para a implantação de atividades produtivas desenvolvidas de modo coletivo. Em seis anos de gestão do programa, persistem desafios de treinamento, monitoramento e comercialização, ainda assim, foram implantados 251 grupos, sendo 11 deles fortalecidos, nas mais diversas atividades produtivas como costura, fabricação de doces e salgados, apicultura, avicultura, em 100 municípios do Estado do Piauí.

A emergência de políticas públicas territoriais de economia social e solidária, como as desenvolvidas pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania – SASC, no Piauí, ainda que marcadas por um percurso desafiador, oferecem a oportunidade de consolidar um modo de produção associado e alternativo que privilegia as generalidades, com atenção especial à mulher piauiense que passa a ter um peso na lógica de desenvolvimento local, recompondo suas obrigações e conciliando suas obrigações familiares, religiosas e de apropriação do universo mercantil.

Nesse contexto, em que a política pública está sendo chamada para um novo espaço de compreensão da solidariedade, devem ser consideradas invariavelmente as ações transversais do gênero, na tentativa de se igualar beneficiários e superar a crise no mundo do trabalho pelo investimento na produção e comercialização solidária. É imprescindível, que na formulação das políticas públicas atuais, os agentes em economia solidária não percam de vista a necessidade de ampliação e valorização dos espaços conquistados pelas mulheres, sob pena de se manterem as bases para as diferenças e desigualdades sociais, de classe e de gênero, perpetuando a dominação histórica.

REFERÊNCIAS

1. Advogada, especialista em Administração Pública, mestranda em Políticas Públicas Universidade Federal do Piauí.
2. Cientista social e mestranda em Políticas Públicas, Universidade Federal do Piauí
3. Prof. Dr. em Economia, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas Universidade Federal do Piauí

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDETT, H. As Esferas Públicas e Privadas. In: A Condição Humana. São Paulo: Forense, 2008.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. Catálogo Economia Solidária no Piauí. Brasília: MTE, 2007.

DURKHEIM, E. As regras do método sociológico. São Paulo: Martin Claret, 2006.

FRAISSE, Laurent. Os desafios de uma ação pública em favor da economia social e solidária. In: FRANÇA FILHO, G.; LAVILLE, J.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J. P. (Org.). Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre/Salvador: Edufrgs-Edufba, 2006.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. Economia popular e solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO, G.; LAVILLE, J.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J. P. (Org.). Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre/Salvador: Edufrgs- Edufba, 2006.

GIDDENS, A. Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical. São Paulo: UNESP, 1995.

GONÇALVES, A. F. Experiências em economia solidária e seus múltiplos sentidos. Revista Katálysis Florianópolis v. 11 n. 1 p. 132-142 jan./jun. 2008.

GUÉRIN, Isabelle. As mulheres e a economia solidária. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

LIMA, S. O. e ASSUNÇÃO, R. Governos e políticas públicas: a experiência do Piauí. Rio de Janeiro: Booklink, 2009.

LIMA, Solimar Oliveira. Trabalho e Economia Solidária. In: Informe Econômico. Teresina, Ano 11, nº 23, p. 27 e 28, fev-mar-abr. 2010.

MAY, T. Observação participante: perspectivas e prática. In: Pesquisa social – questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PEREIRA, Francineide Pires. Mercado de Trabalho, Gênero e Políticas Públicas: uma complexa relação. In: ARAÚJO, V.P.S.; BARROS JÚNIOR, F.O.; LIMA, S.O. (Org.). Trabalho e Desigualdades. Rio de Janeiro: Booklink, 2009.

POLANYI, K. A grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SASC. Diretrizes e Gestão dos Projetos de Inclusão Produtiva. Teresina: 2009.

SASC. Relatório de Implantação da Rede de Economia Solidária no Triênio 2004/2006. Teresina: 2007.

SENAES. Atlas da Economia Solidária no Brasil. 2005-2007. Org. Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG. São Paulo: Todos os Bichos, 2009.

WEBER, M. Metodologia das ciências sociais. São Paulo: Cortez, 2001. 2v.